Edição 1

20/09/2026

Kalelpost

Você por dentro da noticia, opinião sem medo da verdade

Relatório do IBGE: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência, e falta de recursos de acessibilidade e políticas públicas ainda são desafios a serem superados

Página 7

Foto / Reprodução - Pessoa com deficiência visual em uma estação de metrô, espera a chegada de seu transporte



Destaques

Educação em SP: Ministério Público trava guerra contra governo paulista por educação digital

Página 5

Governo autoriza reajuste de 15% no Bolsa Família as vésperas da eleição

Página 10



Foto / Reprodução - Imagem mostra cartão do Bolsa Família

EDITORIAL

Em tempos incertos, chegamos para fazer o que é certo e manter você bem informado

Em tempos incertos e marcados por constantes transformações, a busca por informação clara, precisa e responsável tornou-se uma necessidade fundamental para toda a sociedade. A partir deste domingo, 20 de setembro, nasce a Kalelpost, um novo veículo jornalístico com o propósito central de levar até você, leitor, tudo o que há de mais relevante e urgente no cenário nacional e internacional.

Nosso compromisso é irredutível: atuaremos na defesa intransigente dos fatos, apresentando a notícia exatamente como ela ocorre, livre de vieses políticos ou ideológicos. Acreditamos no jornalismo exercido com independência e na coragem de emitir opiniões pautadas estritamente na busca pela verdade.

Em uma era na qual a linha entre fatos e notícias falsas se torna cada vez mais difusa, a Kalelpost surge como um farol de transparência e esclarecimento. Nosso compromisso é fornecer o contexto necessário para que cada cidadão compreenda com profundidade as dinâmicas da política, da economia, da saúde e da acessibilidade, áreas cruciais para a construção de uma sociedade mais consciente e inclusiva.

Não nos contentamos com o superficial. Nossas análises buscam ir além das manchetes, oferecendo ferramentas sólidas para que o leitor possa formar seu próprio julgamento crítico a respeito dos acontecimentos que impactam diretamente o seu dia a dia. Acreditamos no jornalismo sério, coeso e impulsionado pela paixão daqueles que dedicam a vida à investigação rigorosa e à transmissão ética das informações.

Este novo projeto representa o aprimoramento contínuo de um trabalho que já vinha sendo construído com dedicação e cuidado, mas que agora ganha uma perspectiva ainda mais ampla, moderna e conectada com as reais demandas do público. Não chegamos para ser apenas mais um veículo no mercado; nossa missão é fazer a diferença, analisando cada detalhe com profundidade técnica e responsabilidade social. Contamos com você nessa jornada em direção a um jornalismo mais forte, transparente e essencial.

Kalelpost



Hyundai

O futuro dos SUVs chegou. E ele tem o seu estilo.

Descubra o Hyundai Creta: a combinação perfeita entre design imponente, tecnologia de ponta e o conforto que a sua rotina merece. Mudar de caminho é fácil quando você está a bordo de um SUV projetado para superar expectativas. O Hyundai Creta une a robustez que você busca para a estrada com a agilidade e sofisticação necessárias para a cidade. Cada linha do seu design audacioso foi pensada para se destacar, enquanto o interior tecnológico transforma cada viagem em uma experiência premium.

Por que o Creta é a escolha inteligente?

Tecnologia Hyundai SmartSense: Segurança ativa com frenagem autônoma, assistente de permanência em faixa e câmeras de monitoramento de ponto cego.

Conectividade Total: Central multimídia integrada com espelhamento sem fio e o sistema Bluelink para controlar funções do carro direto pelo celular.

Performance Eficiente: Motorização turbo que entrega o equilíbrio ideal entre resposta rápida no acelerador e economia de combustível.

Espaço Inteligente: Conforto de sobra para cinco adultos e um dos maiores porta-malas da categoria.

Sinta o próximo nível.

Procure a concessionaria mais próxima e faça seu teste.

Adquira agora o seu Creta. O SUV tão potente e inteligente como você.

HTTPS://hyundai.com.br

motiva

O ritmo da cidade é o movimento das pessoas. Nas estradas, nos trilhos e nos aeroportos, a mobilidade é o que conecta trajetos, histórias e oportunidades. A Motiva existe para fazer a vida acontecer no tempo e no ritmo do brasileiro, unindo tecnologia, segurança e sustentabilidade em cada deslocamento.

Porque mais do que conectar caminhos, nosso compromisso é com quem passa por eles.

Motiva.
Você nos move.
https://motiva.com.br

USIMINAS

Construindo o futuro com a força de quem entende de aço. Por trás das maiores obras, da inovação automotiva e do desenvolvimento do país, existe uma base sólida. Há décadas, a Usiminas transforma o aço em soluções que movimentam a economia, geram empregos e impulsionam o progresso do Brasil.

Com tecnologia de ponta e compromisso com a sustentabilidade, continuamos moldando o amanhã com a mesma eficiência e liderança de sempre. Usiminas.

A força que movimenta o Brasil

Acesse: **https://usiminas.com**

SAÚDE

O Diabetes e seus impactos: Entenda o que é a doença e como ela pode afetar o dia a dia dos pacientes

Por Sofia Garcia e Karoline Dantas

O Diabetes Mellitus representa um dos maiores e mais urgentes desafios de saúde pública do Brasil e do mundo. Caracterizado pelo aumento crônico dos níveis de glicose no sangue, conhecido como hiperglicemia, o problema decorre de falhas na produção ou na ação da insulina. A insulina é um hormônio vital produzido pelo pâncreas com a função de permitir que o açúcar presente nos alimentos entre nas células e seja convertido em energia. Quando esse processo falha, a glicose acumula-se na corrente sanguínea, desencadeando danos progressivos aos vasos sanguíneos, nervos e órgãos vitais como rins, coração e olhos.

Esta publicação marca o lançamento oficial da nova série especial de reportagens do Kalelpost. Com o compromisso social de informar, educar e conscientizar a população, o Kalelpost trará semanalmente artigos detalhados sobre o impacto do diabetes, suas complicações, métodos de prevenção e inovações científicas. A informação é a primeira e mais poderosa ferramenta na luta contra as doenças crônicas, e levar esse conhecimento à população é fundamental para reverter o avanço acelerado da patologia no país.

O cenário nacional exige atenção imediata. O diabetes figura entre as condições mais letais e prevalentes no Brasil, onde atualmente cerca de 21 milhões de pessoas convivem diariamente com a patologia. O dado mais preocupante, contudo, é a projeção para o futuro próximo. O número total de diagnosticados pode ultrapassar a marca de 50 milhões nos próximos anos. Esse aumento expressivo é impulsionado pelo contingente de 30 milhões de brasileiros que vivem hoje em estado de pré-diabetes, uma fase assintomática em que a glicemia está acima do normal, mas ainda abaixo do patamar para o diagnóstico definitivo do diabetes. Sem intervenção imediata, a maior parte desse grupo evoluirá para a doença crônica.

Para compreender a complexidade da doença, é essencial diferenciar suas principais classificações, uma vez que as causas subjacentes variam significativamente entre os indivíduos.

O Diabetes Tipo 1 é uma doença autoimune e de caráter genético que surge com mais frequência em crianças, adolescentes e jovens adultos. Nesse caso, o próprio sistema imunológico do paciente ataca erroneamente as células beta do pâncreas, destruindo sua capacidade de produzir insulina. Como o corpo deixa de fabricar o hormônio quase por completo, a sobrevivência depende da administração diária de insulina sintética.

O Diabetes Tipo 2 é a forma mais comum da patologia, respondendo por aproximadamente 90% de todos os casos registrados. Desenvolve-se gradualmente ao longo do tempo, em uma combinação de fatores genéticos, estilo de vida sedentário, alimentação inadequada e obesidade. No Tipo 2, o pâncreas continua produzindo insulina, mas os tecidos do corpo apresentam resistência à sua ação. Com o passar do tempo, a capacidade do pâncreas de compensar essa resistência diminui, levando à hiperglicemia persistente.

Há também o Diabetes Gestacional, alteração na regulação da glicose identificada durante a gravidez em decorrência de alterações hormonais que reduzem a eficiência da insulina. Embora costume desaparecer após o parto, exige controle rigoroso durante a gestação para evitar complicações para a mãe e o bebê, além de aumentar o risco de ambos desenvolverem o Tipo 2 no futuro. Outra forma é o Diabetes Latente Autoimune do Adulto, conhecido pela sigla LADA, uma variante autoimune de evolução lenta que se manifesta na idade adulta e frequentemente é confundida de início com o Tipo 2.

Os tratamentos para o diabetes evoluíram bastante, permitindo aos pacientes manter excelente qualidade de vida e prevenir complicações graves. O plano terapêutico varia de acordo com o tipo da doença e as necessidades individuais de cada paciente.

No caso do Diabetes Tipo 1, a insulinoterapia contínua é o pilar central. O tratamento envolve a aplicação diária de insulinas de ação rápida e lenta por meio de injeções convencionais, canetas aplicadoras ou bombas de infusão contínua. Aliado às doses de insulina, o monitoramento constante dos níveis de glicose no sangue é indispensável. Tecnologias modernas, como os sensores de monitoramento contínuo de glicose colocados na pele, facilitam esse controle ao fornecerem leituras em tempo real sem a necessidade de perfurar as pontas dos dedos repetidamente.

Para o Diabetes Tipo 2, a base do tratamento e da reversão do pré-diabetes é a mudança drástica no estilo de vida. A adoção de uma dieta equilibrada, rica em fibras e com controle severo de carboidratos refinados e açúcares, associada à prática regular de atividades físicas, é capaz de melhorar a sensibilidade à insulina e controlar a glicemia. Quando as alterações no estilo de vida não são suficientes, utilizam-se medicamentos antidiabéticos orais, como a metformina, ou classes mais recentes, a exemplo dos inibidores de SGLT2 e dos agonistas do receptor de GLP-1. Em estágios mais avançados do Tipo 2, a insulinoterapia também pode se fazer necessária.

A conscientização pública, tema central desta série do Kalelpost, é o passo mais eficaz para deter o avanço do diabetes no Brasil. O diagnóstico precoce obtido por exames simples de rotina, como a medição da glicemia em jejum e da hemoglobina glicada, permite intervir na fase do pré-diabetes, evitando a progressão para a forma crônica da doença e salvando milhões de vidas.



Foto / Reprodução - Imagem mostra o símbolo internacional do Diabetes

O teatro do poder e as manobras do Supremo

Por Guilherme Kalel

16/09/2026

O dia 15 de setembro entra para a história recente do Brasil como um marco indigesto, onde as engrenagens da política judiciária atropelaram, sem qualquer pudor, a expectativa de transparência exigida pela sociedade civil. O julgamento que deveria enfrentar de forma transparente e direta as suspeitas sobre o possível envolvimento do ministro Alexandre de Moraes com o banqueiro Daniel Vorcaro transformou-se em uma aula prática de blindagem corporativa e manobra regimental. O que o cidadão brasileiro testemunhou na mais alta Corte do país não foi a busca pela verdade ou o império da lei, mas sim uma demonstração calculada de força política, na qual a busca por respostas foi varrida para debaixo do tapete por meio de filigranas jurídicas e alianças estratégicas.

A sequência dos fatos expõe a sofisticação do arranjo institucional construído na Praça dos Três Poderes. A intervenção cirúrgica iniciada pela questão de ordem suscitada pelo ministro Gilmar Mendes preparou o terreno para o desfecho antecipado. Antes mesmo que o plenário pudesse adentrar no mérito da questão — que era justamente avaliar se havia ou não elementos para investigar a conduta do magistrado —, o rito foi suspenso pelo pedido de vista do ministro Flávio Dino. Essa manobra processual perfeita, executada sob o manto da legalidade estrita, cumpriu com precisão o seu papel político: estancar a sangria de imagem, paralisar o andamento da análise e reforçar o poder do grupo aliado ao ministro investigado. O Supremo, mais uma vez, preferiu proteger a si mesmo a prestar contas à nação.

Quando o Poder Judiciário recorre a contorcionismos regimentais para evitar investigações sobre seus próprios membros, instala-se um perigoso precedente de blindagem seletiva. O sinal transmitido ao país é devastador. Revela que, no ápice da estrutura republicana, vigoram regras próprias onde o peso político de cada integrante define o alcance da justiça. A sociedade assiste estarrecida ao jogo de xadrez institucional em que fatos concretos e princípios éticos universais são subordinados ao cálculo de conveniência de facções internas. Quando o mérito de uma denúncia de grave repercussão é sumariamente evitado, esvazia-se a credibilidade do tribunal encarregado de vigiar a Constituição.

O abatimento visível da ministra Cármen Lúcia durante a sessão sintetizou a gravidade do momento. O semblante consternado da magistrada refletiu não apenas o constrangimento interno da Corte, mas o sentimento de milhões de brasileiros de bem que ainda acreditam no ideal de uma justiça imparcial e cega para a estatura dos julgados. A postura de perplexidade no plenário funciona como um espelho da desilusão popular diante de uma rotina institucional que passou a operar à revelia da opinião pública. A desordem que se instalou na Suprema Corte não é fruto do acaso, mas da consolidação de um modelo de atuação em que a autofagismo e a conveniência de ocasião substituíram o compromisso irrestrito com a verdade.

A data de 15 de setembro permanecerá estampada como um lembrete incômodo das distorções da democracia brasileira. Um país não pode prosperar sob a sombra de instituições que fecham as portas para a fiscalização de seus próprios pares. O fortalecimento provisório de um grupo de poder dentro do tribunal representa, em última análise, o enfraquecimento contínuo do próprio Estado Democrático de Direito. Enquanto os ritos formais continuarem a ser instrumentalizados para blindar figurões e barrar a apuração transparente dos fatos, o Judiciário seguirá em rota de colisão com os anseios de uma sociedade que não aceita mais ser mera espectadora do arbítrio.

***Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.**
Publisher da Agência Kalelpress e do Jornal RS Connect.
MTB: 89344 / SP.

UNINTER

Uninter: Seja o que você quiser, com a melhor EAD do Brasil

Mais de 800 polos espalhados pelo Brasil. Vencedora 5 vezes do prêmio Reclame Aqui de melhor atendimento.

Venha ser o que você quiser com a Educação Uninter! A Uninter vai ajudar você a transformar sua carreira. Cursos com conceito alto no MEC e mensalidades que cabem no seu bolso. Venha para o maior e melhor centro universitário do Brasil.
Graduação;
Pós-graduação;
Cursos Técnicos e Profissionalizantes.

Comece a estudar agora com nossas opções de bolsas e financiamentos.
Bolsa Enem;
Prouni;
Bolsa ENCCEJA;
FIES;
Crédito Educacional Fundacred.
Só na Uninter você chega onde quer chegar.

Inscreva-se agora acessando nosso site, e entrando em contato conosco:

https://uninter.com

Databricks anuncia investimento de R$ 1,5 bilhões para o Brasil nos próximos 3 anos

Foto / Reprodução - Imagem mostra logo da Databricks

A multinacional americana Databricks, especializada em dados e inteligência artificial, anunciou um plano robusto de investimento no mercado brasileiro. A empresa vai aportar R$ 1,5 bilhões no país ao longo dos próximos 3 anos. O anúncio reflete o forte ritmo de crescimento da operação local, que registrou um feito expressivo ao triplicar de tamanho em um intervalo de apenas 2 anos.

Esse aporte bilionário tem como destino principal a expansão da infraestrutura tecnológica e o fortalecimento das equipes locais. A empresa pretende ampliar de forma significativa a sua força de trabalho no Brasil, contratando profissionais altamente qualificados em áreas como engenharia de software, ciência de dados, vendas e suporte técnico especializado. A ideia é atender ao aumento acelerado na demanda por soluções de dados e sistemas de inteligência artificial generativa.

O Brasil se consolidou como a principal potência para os negócios da companhia na América Latina. As grandes empresas brasileiras de setores variados, como serviços financeiros, varejo, telecomunicações e agronegócio, têm acelerado a migração de suas bases de dados para a nuvem. Com a plataforma da Databricks, essas companhias conseguem unificar a gestão de dados e criar modelos de inteligência artificial aplicados diretamente ao negócio, otimizando processos e prevendo comportamentos de consumo.

Segundo executivos da empresa, o mercado brasileiro demonstrou uma maturidade acima da média no uso estratégico de dados. As corporações do país não estão apenas armazenando informações, mas transformando esse volume bruto de dados em vantagem competitiva por meio do aprendizado de máquina. Esse comportamento fez com que a filial brasileira ganhasse relevância estratégica global dentro do grupo, justificando o aporte financeiro de grande porte.

Além de ampliar o time e reforçar a presença comercial, o investimento também apoiará programas de capacitação e ecossistemas de parceiros na região. A meta é garantir que haja mão de obra capacitada para utilizar a tecnologia da marca, superando o gargalo de talentos qualificados que ainda afeta o setor de tecnologia no país. A Databricks aposta que o uso de dados integrados a sistemas de inteligência artificial será a chave para a transformação digital na América Latina nos próximos anos.

Educação em SP: Ministério Público trava guerra contra governo paulista por educação digital

Foto / Reprodução - Página Sala do futuro, onde alunos estudam com material digital do governo paulista



A educação na maior rede pública de ensino do país virou centro de um intenso debate pedagógico, legal e político. O governo do estado de São Paulo, sob a gestão do governador Tarcísio de Freitas, tomou a decisão de promover uma transição acelerada para o uso de materiais didáticos digitais na rede estadual, recusando inclusive a adesão aos livros impressos oferecidos gratuitamente pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação. A medida provocou fortes reações de educadores, entidades de classe, estudantes e órgãos de fiscalização.

Diante do cenário, o Ministério Público de São Paulo instaurou inquéritos para investigar a medida e acabou por determinar e recomendar que o governo estadual interrompesse a transição exclusiva para o meio digital. Na avaliação dos promotores de justiça e especialistas que fundamentaram as apurações, a substituição brusca dos livros didáticos físicos por slides, telas e aplicativos evidencia uma negligência em relação ao aprendizado de crianças e adolescentes.

Os argumentos do Ministério Público se basearam na falta de infraestrutura em boa parte das escolas estaduais paulistas. O órgão apontou que milhares de alunos não possuem acesso de qualidade à internet nem dispõem de computadores ou tablets funcionais em sala de aula ou em suas residências. Além disso, defensores da educação e pedagogos ressaltaram pesquisas científicas que comprovam que a leitura e a escrita no papel são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, a retenção de memória e a capacidade de concentração dos jovens, sendo a superexposição às telas um fator prejudicial ao aprendizado básico.

Por sua vez, a gestão do governador Tarcísio de Freitas e a Secretaria de Estado da Educação sustentaram que o objetivo da mudança era a modernização da rede pública de ensino. Segundo a versão do governo, os materiais diários digitais, elaborados pela própria secretaria, garantem a padronização do conteúdo pedagógico em todas as escolas e facilitam o trabalho do professor em sala. A gestão defendeu que o uso de ferramentas interativas amplia a atratividade do conteúdo para os estudantes da era digital e rebateu as acusações de negligência, afirmando estar investindo na compra de infraestrutura tecnológica.

Apesar das fortes recomendações e da atuação do Ministério Público, o governo paulista inicialmente não acatou as orientações do órgão, mantendo firme a diretriz de implantar as plataformas digitais como recurso prioritário para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. A recusa em recuar gerou impasses jurídicos, com decisões judiciais posteriores exigindo que o Estado garantisse o acesso ao livro impresso.

Atualmente, o caso desdobrou-se em uma solução intermediária após a enorme pressão popular e da Justiça. O governo Tarcísio recuou do plano de adotar um modelo 100 por cento digital e passou a imprimir o material próprio criado pela secretaria para distribuição em papel. Contudo, a rede pública paulista ainda vive a realidade do uso massivo e obrigatório de plataformas digitais no cotidiano escolar, mantendo aceso o debate entre governantes e a comunidade escolar sobre o real impacto da tecnologia na qualidade do aprendizado dos alunos.

Pleurite: inflamação que causa dor no peito pode indicar problemas de saúde mais graves

Sentir dor no peito costuma ser um sinal de alerta imediato, frequentemente associado ao infarto. No entanto, o desconforto na região torácica pode ter outras origens, entre elas a pleurite. Trata-se da inflamação da pleura, uma membrana dupla e fina que reveste os pulmões e a parede interna do tórax. Essa condição gera incômodo e exige atenção médica rápida, pois costuma funcionar como um aviso de que há alguma outra doença subjacente afetando o organismo.

Em condições normais, as duas camadas da pleura deslizam suavemente uma sobre a outra durante a respiração, auxiliadas por uma pequena quantidade de líquido lubrificante. Quando ocorre a pleurite, essas membranas ficam inflamadas e ásperas, gerando atrito direto toda vez que os pulmões se expandem. Em alguns cenários, esse processo inflamatório pode desencadear o chamado derrame pleural, condição popularmente conhecida como água no pulmão, caracterizada pelo vazamento excessivo do líquido lubrificante para o espaço entre as membranas.

O sintoma clássico e mais marcante da pleurite é uma dor aguda no tórax que se intensifica significativamente ao respirar fundo, tossir ou espirrar. Esse desconforto pode se concentrar em um ponto específico do peito ou se irradiar para outras regiões, como os ombros e as costas. A tosse e a falta de ar também são sinais característicos apresentados pelos pacientes. Dependendo do fator que originou o quadro, sintomas adicionais como febre e eliminação de muco durante a tosse podem se manifestar.

A identificação da pleurite é considerada um processo complexo, uma vez que a inflamação pode surgir sem um motivo aparente imediato. Na maioria das vezes, contudo, ela está atrelada a uma lista extensa de causas médicas. Entre as principais estão as infecções pulmonares, como a pneumonia e a tuberculose, e a embolia pulmonar. Doenças autoimunes e distúrbios do tecido conjuntivo, como o lúpus e a artrite reumatoide, também figuram como gatilhos frequentes. Outros fatores incluem câncer de pulmão, radioterapia, pericardite (inflamação da membrana do coração), pancreatite, insuficiência renal avançada, anemia falciforme, lesões físicas na região do tórax, acúmulo de ar na cavidade pleural (pneumotórax) e a exposição prolongada ao amianto.

Para fechar o diagnóstico, os profissionais de saúde realizam uma avaliação clínica detalhada combinada com exames laboratoriais e de imagem. Em situações específicas, pode ser necessária a realização de uma biópsia ou de uma toracocentese. A toracocentese consiste em um procedimento de punção para coletar o líquido acumulado na pleura. Esse método possui dupla função: serve tanto para a análise em laboratório, ajudando a descobrir a causa do problema, quanto para o alívio imediato do paciente, ao esvaziar o excesso de líquido do derrame pleural.

O foco principal do tratamento da pleurite é combater diretamente a causa subjacente da inflamação. Se o quadro for desencadeado por uma infecção bacteriana, por exemplo, o uso de medicamentos específicos será indicado. O gerenciamento médico também inclui o controle dos sintomas e da dor por meio de medicações apropriadas e, quando há grande acúmulo de líquido atrapalhando a capacidade respiratória, procedimentos de drenagem pleural ou a própria toracocentese são adotados para restabelecer o bem-estar e o funcionamento correto dos pulmões.

Relatório do IBGE: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência, e falta de recursos de acessibilidade e políticas públicas ainda são desafios a serem superados



Foto / Reprodução - Pessoa com deficiência visual em uma estação de metrô, espera a chegada de seu transporte

Por Guilherme Kalel e Karoline Dantas

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou um novo relatório no último dia 18 de setembro sobre as pessoas com deficiência no Brasil. Esse documento atualiza o número de pessoas com deficiência no país e revela também dificuldades e outros dados relevantes ao segmento, que merecem análise cuidadosa.

Hoje, 14,4 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência. Isso representa 7,3% do número total de habitantes do país. Pode parecer pouco, mas o número é significativo e tem crescido nos últimos anos, o que também chama a atenção. Dentro desse grupo, 7,9 milhões de pessoas possuem deficiência visual. O número representa um salto expressivo em relação a outros levantamentos registrados até 2025, que mostravam 6,5 milhões de pessoas com essa condição. As pessoas com deficiência visual formam o maior público PCD do Brasil, segundo o relatório. Depois, vêm outras deficiências, como físicas e mentais.

Apesar desse número expressivo de pessoas com deficiência em todo o Brasil, a realidade no dia a dia desse público ainda representa um desafio a ser superado. Isso porque não existem políticas públicas adequadas ao segmento no Brasil. Apesar de alguns avanços pontuais, ainda existe muita dificuldade na aceitação e na inclusão dessas pessoas, em especial das que têm deficiência visual. Os dados do IBGE e um levantamento feito pela reportagem do Kalelpost demonstram bem essa realidade.

Apenas 12% das pessoas com deficiência no Brasil hoje estão empregadas. Não porque não busquem trabalho, mas porque as empresas driblam a lei e não desejam contratar. Outro ponto importante se destaca na educação inclusiva, que falta no país. Apesar de os dados do IBGE mostrarem que aproximadamente 92% das pessoas com deficiência frequentam a escola, frequentar uma instituição de ensino não é sinônimo de aprendizado. Faltam recursos tecnológicos e assistivos para essas pessoas, especialmente para as com deficiência visual.

A falta de material digital e de professores especializados são problemas crônicos que se acentuaram no Brasil ao longo dos últimos anos. Muitas vezes, as famílias precisam acionar a Justiça para obter algum tipo de recurso específico. Quando conseguem, a demora e a forma como o recurso chega acabam sendo desanimadoras.

Os dados da educação inclusiva nos colégios pelo Brasil se refletem nas universidades. Se dentro das salas de aula de escolas públicas faltam recursos, nas faculdades existe um misto de falta de vontade com falta de cobrança pelas autoridades competentes. A inclusão não existe e não acontece; por isso exatamente, apenas 0,91% dos alunos matriculados em graduações no Brasil são pessoas com deficiência.

Esses dados mostram uma urgente necessidade de o governo, a sociedade e todos se debruçarem sobre o tema e observarem de fato o que já foi feito e o que precisa ser feito pela causa no Brasil. Pessoas com deficiência são cidadãs, possuem direitos e deveres como todos, mas precisam ter seu espaço respeitado. Hoje, esse espaço não é garantido, e a inclusão no Brasil fica mais no papel do que na prática de verdade. Quem afirma isso não é apenas o relatório do IBGE, mas as próprias pessoas com deficiência, que convivem na pele com o preconceito e a falta de recursos de acessibilidade no país.

Fim do home office: Itaú assina maior contrato de locação da historia para volta do trabalho presencial de funcionários



Foto / Reprodução - Imagem mostra fachada de uma agência do Banco Itaú

Por Isabella Reins

O Itaú Unibanco concretizou a maior transação de locação corporativa de escritórios já registrada no mercado imobiliário brasileiro. O banco fechou um acordo com a construtora e incorporadora Eztec para alugar duas torres inteiras de um complexo empresarial localizado em São Paulo. O contrato, assinado pelo período de 10 anos, movimentará um valor total de R$ 1,17 bilhão em receitas para a construtora.

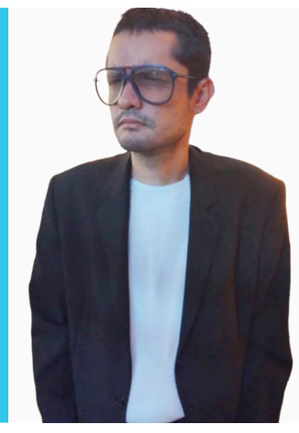
Essa movimentação expressiva ocorre em um contexto de revisão de políticas de trabalho remoto. Recentemente, a instituição financeira alterou as regras do seu modelo de trabalho híbrido, passando a exigir uma maior frequência e presença física dos seus colaboradores no dia a dia do escritório.

Com o novo espaço corporativo, o Itaú passa a contar com capacidade para abrigar 9,6 mil posições de trabalho nos prédios da Eztec. A medida reforça uma tendência observada entre grandes corporações do setor corporativo e financeiro que vêm ajustando as diretrizes de trabalho para intensificar o retorno dos funcionários às atividades presenciais nas capitais brasileiras.

O banco não foi o único que adotou a posição de levar de volta os trabalhadores ao escritório. O Nubank anunciou recentemente também mudanças em seus postos de trabalho, retirando funcionários que estavam em casa e os levando de volta para escritórios locados pela empresa. No caso do Itaú o banco é uma das maiores corporações do Brasil. Com 80 mil funcionários espalhados pelo país, a instituição financeira tem mais de 55% dessa força de trabalho ligada ao funcionamento de escritórios e agências.

Liberdade de Opinião:

O Abismo da Inclusão no Brasil e o Custo da Omissão Política



Por Guilherme Kalel

Os mais recentes dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) escancaram uma realidade que o poder público insiste em empurrar para debaixo do tapete: o Brasil possui 14,4 milhões de pessoas com deficiência, o que equivale a 7,3% de sua população total. Não se trata de uma minoria estatística, tampouco de um nicho marginal. São mais de catorze milhões de cidadãos que, diariamente, encontram nas ruas, no mercado de trabalho e nas instituições públicas uma verdadeira corrida de obstáculos desenhada pela negligência estatal. O crescimento desse contativo a cada levantamento contrasta de forma acนว com a estagnação das políticas públicas de acessibilidade, revelando que a inclusão, no Brasil, ainda é tratada como favor beneficente, e não como direito fundamental.

A inércia dos municípios brasileiros diante desse cenário é vergonhosa. Percorrer as cidades do país é constatar um padrão de arquitetura hostil e exclusão estrutural. Passeios públicos esburacados, calçadas despadronizadas, ausência de rebaixamentos, transporte coletivo adaptado de forma precária e sinalização audiovisual inexistente são a regra, não a exceção. A acessibilidade urbanística foi transformada em artigo de luxo ou em mera obrigação burocrática cumprida no papel para evitar multas do Ministério Público.

Essa omissão torna-se ainda mais perversa quando analisamos o cotidiano das pessoas com deficiência visual. Estimados em cerca de 7,9 milhões de brasileiros que apresentam grande dificuldade ou incapacidade total de enxergar, esse contingente enfrenta uma cidade que fala uma linguagem completamente inacessível. Onde deveriam existir pisos táteis contínuos e sem obstáculos, há postes no meio do caminho, buracos abertos e mercadorias ocupando o passeio. Onde deveriam existir semáforos sonoros sincronizados para garantir uma travessia segura, há o silêncio omisso do trânsito. A autonomia do deficiente visual é cotidianamente assassinada pela falta de planejamento urbano consciente. Soma-se a isso a barreira digital: portais governamentais e serviços essenciais raramente cumprem os padrões internacionais de acessibilidade na web, impedindo que deficientes visuais naveguem com leitores de tela e exerçam sua cidadania digital.

A raiz dessa paralisia não é a escassez de recursos financeiros ou a falta de leis. O arcabouço jurídico brasileiro — com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) — é um dos mais avançados do mundo. O gargalo é moral e institucional: falta vontade política.

A inexistência de Secretarias Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência na esmagadora maioria dos mais de 5.500 municípios do país é a prova cabal desse descaso. Quando muito, a pauta da inclusão é diluída como uma subcoordenadoria esquecida dentro de secretarias genéricas de "Assistência Social". Essa abordagem assistencialista e médica retrocede décadas na história dos direitos humanos. Trata-se a pessoa com deficiência como objeto de caridade ou paciente a ser assistido, e não como sujeito de direitos politicamente ativo. Sem secretarias dedicadas, dotadas de orçamento próprio, equipe técnica qualificada e poder de veto sobre projetos urbanísticos e educacionais, qualquer promessa de inclusão não passa de demagogia eleitoral.

Criar e estruturar organismos executivos voltados exclusivamente para a pessoa com deficiência exige apenas uma decisão do gestor municipal. Quando um prefeito alega "falta de verba" para criar uma pasta ou para instalar piso tátil e sinalização sonora, ele está, na verdade, definindo prioridades políticas nas quais 7,3% da população não se encaixam. Prefere-se despender orçamentos milionários em obras de fachada a investir na eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Os números do IBGE deixam explícito que o custo do isolamento é social e econômico. A taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência no país é mais de quatro vezes superior à média das pessoas sem deficiência, e a participação desse grupo no mercado de trabalho formal continua dramaticamente baixa. A sociedade perde talentos, força de trabalho e diversidade porque insiste em trancar milhões de pessoas dentro de suas próprias casas pela simples recusa em adequar o espaço público.

Não há mais espaço para meias-palavras nem para planos de metas que nunca saem da gaveta. O Brasil precisa avançar com urgência e altivez. Isso exige a obrigatoriedade da criação de órgãos gestores específicos em níveis municipal e estadual, a fiscalização rigorosa das leis de acessibilidade com punição efetiva aos gestores omissos e a destinação obrigatória de percentuais do orçamento de infraestrutura para adaptações acessíveis. Cidadania não se mede pela capacidade de andar ou enxergar, mas sim pelo direito inalienável de ir, vir, pertencer e existir com dignidade. Enquanto a acessibilidade for tratada como opção, e não como dever de Estado, continuaremos a ser uma nação mutilada por sua própria apatia política.

***Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.**
Publisher da Agência Kalelpress e do Jornal RS Connect.
MTB: 89344 / SP.

Governo autoriza reajuste de 15% no Bolsa Família as vésperas da eleição



Foto / Reprodução - Imagem mostra cartão do Bolsa Família

Por Isabella Reins

O governo federal brasileiro surpreendeu na última quinta-feira, 17 de setembro, ao anunciar um reajuste em massa para o programa Bolsa Família.
Enquanto o orçamento da União segue sufocado com despesas aumentando e pressionando os gastos públicos, o governo Lula decidiu que seria uma boa pedida reajustar o programa social, faltando 3 semanas para o primeiro turno das eleições presidenciais.
Para o Ministério do Planejamento, a medida anunciada terá um impacto de R$ 5,8 bilhões nas contas públicas só em 2026. Para o ano que vem o valor necessário com o programa será de R$ 22 bilhões amais, com o novo aumento.
O novo valor parece ter surgido do nada, a peça orçamentaria para o PLOA de 2027, que define o orçamento da União e que foi enviada ao Congresso em 31 de agosto, não previa nem um tipo de reajuste para o beneficio.

O valor do Bolsa Família será a partir de outubro reajustado de R$ 600,00 para R$ 691,00. O aumento foi de 15,04%, e segundo o Ministério da Fazenda, corrige a inflação do período em que o programa não sofreu qualquer reajuste entre março de 2023 e agosto de 2026.

A oposição ao governo enxergou na decisão uma medida de caráter eleitoral, e acionou a justiça para tentar evitar o reajuste.
O Ministro do STF Gilmar Mendes, concedeu uma decisão na sexta-feira, 18, um dia depois do anúncio feito, de que a medida era legal.
Ainda assim, existem questionamentos que podem por em cheque o reajuste do programa federal.

O Ministério Público e o Tribunal de Contas da União, contestam a decisão do governo.
A justificativa é que não existe previsão no orçamento para o novo valor ser pago, e que o governo não indicou de onde sairiam os recursos.
O governo Lula por sua vez, promete na semana que vem, apresentar um balanço de governo onde indicará a previsão do reajuste do Bolsa Família. Parte desse reajuste deve sair de uma sobra de recursos da Previdência Social.
Entretanto todos sabem desde sempre que a Previdência é a área que mais faltam recursos dentro da União, nunca sobram. O que de novo, coloca em risco as contas públicas, em detrimento da vontade governamental em prosseguir no poder.

O Bolsa Família hoje atende 19,9 milhões de famílias no Brasil.
O número já chegou a ser maior, mas muitos cadastros foram cancelados em um pente fino feito pela União, nos últimos 2 anos.
Além de um beneficio medio que foi reajustado para R$ 691,00 a partir do pagamento de outubro por família, existe um acréscimo de R$ 150,00 por criança membro e alunos matriculados em escolas.

Expediente

Revista Kalelpost
Editor Responsável: Jornalista Guilherme Kalel.
O mensageiro da notícia.
MTB: 89344 / SP.
Diagramação: Adriana Rodrigues.
Produção e distribuição: Agência Kalelpress.

Na Agência Kalelpress, temos um compromisso inabalável com a verdade e com a relevância. Diariamente, trazemos as notícias mais importantes do Brasil e do mundo, cobrindo os pilares fundamentais da nossa sociedade: política, economia, saúde e acessibilidade. Nós não fazemos apenas a cobertura dos fatos; nós os aprofundamos para entregar clareza e profundidade aos nossos leitores.
Nosso jornalismo é movido por paixão. Com uma opinião contundente, buscamos ampliar o fato, trazer novas perspectivas e conectar as pessoas com aquilo que realmente transforma suas realidades. Acreditamos que a informação de qualidade e inclusiva é o maior elo entre o cidadão e o futuro e por isso estamos aqui.

Para existirmos e continuarmos executando o nosso trabalho, precisamos de pessoas que acreditam em nós e no que nos disponibilizamos a fazer.
Somente com a parceria entre nossa marca e você leitor, podemos dar continuidade a nosso trabalho, e continuar produzindo jornalismo cério, ético, moral e imparcial.

Não somos de direita nem de esquerda, e com isso, publicamos tudo aquilo que você precisa saber. Trazemos a opinião dos fatos, para que ao ler e entender o que está acontecendo, você possa formar a sua própria. Assim, damos nossa contribuição para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva, justa e conectada.

Acesse nosso Portal: https://kalel.net.br
E fique por dentro dos assuntos mais importantes e relevantes do Brasil e do mundo.
Leia nossas matérias, ouça nossos podcasts, e compartilhe nosso trabalho.

Quer saber mais sobre nossa historia e quem somos? Conheça acessando:
https://kalel.net.br/agencia/quem-somos

Agência Kalelpress.
Todos os direitos reservados. Proibida reprodução sem autorização.
CNPJ: 60351363000101

atendimento@kalel.net.br

jornalismo@kalel.net.br

https://wa.me/5516989990050